

intermediación que realizó, muchas veces sin más remedio, entre Portugal y otros entornos. Es de todo punto oportuno recordar, en lo que atañe a esta cuestión, aquellas magníficas palabras del genial Eça de Queirós, no por duramente sarcásticas menos lúcidas, expresadas con brillantez en el artículo “O francesismo”, recogido tras su fallecimiento en la colectánea *Últimas Páginas*: “Portugal é um país traduzido do francês em vernáculo”. De este aserto el autor de *Os Maias* pondría en circulación una versión aún más extremada: “Portugal é um país traduzido do francês em calão”.

En consonancia con lo expuesto, Jorge Bastos da Silva se ocupa de indagar la trascendencia que alcanzaron *Essai sur la littérature anglaise* (1836), de Chateaubriand, y *Chatterton* (1835), de Alfred de Vigny, para escoger creaciones sugestivas de escritores británicos. Por otra parte, se fija apropiadamente en el carácter de *traducciones intermedias –mediating translations*, según la fórmula acuñada por el traductólogo Gideon Toury– que poseen algunas versiones en francés de Shakespeare, como las elaboradas por el poeta y dramaturgo Jean-François Ducis, para transvasar al extraordinario escritor inglés a la lengua portuguesa. Hay que calificar las versiones resultantes, por consiguiente, en puridad de *traducciones mediadas –second-hand translations*, otra vez de acuerdo con la propuesta terminológica de Toury.

En fin, carecemos de la posibilidad de comentar de manera individualizada cada uno de los estudios que integran este volumen, que merece nuestra bienvenida. Antes de terminar, creemos conveniente en todo caso felicitarnos por la aparición de una obra de esta temática, puesto que ello quiere decir que la bibliografía portuguesa en torno a la traducción no cesa de crecer, aunque sea a un ritmo no tan ligero como se desearía.

Eça de Queirós, *O Mistério da Estrada de Sintra*, edição crítica de Ana Luísa Vilela, 2015, 399 pp.

Maria do Rosário Cunha
Universidade Aberta / Centro de Literatura Portuguesa
Universidade de Coimbra
rcunha@uab.pt

O texto desta edição d’*O mistério da Estrada de Sintra*, da responsabilidade de Ana Luísa Vilela, toma como referência capital a *Limite*, vol. 10.1, 201-216

2ª edição em volume, publicada em 1885. Embora tenha sido publicada uma 3ª edição em 1894, ainda em vida de Eça, Ana Luísa Vilela não a elege como texto *ne varietur*, por considerar que ela não terá “merecido aos autores atenção especial, não havendo conhecimento de que façam alguma referência ao seu trabalho de preparação ou revisão” (p. 56). Apesar das muitas, mas pontuais, alterações (algumas, de natureza gramatical, pertinentes, a maior parte “abusivas e inábeis”), trata-se, na opinião da investigadora, de uma mera reimpressão da de 1885, “que sabemos ter sido expressamente revista pelos autores – e, em particular, parcialmente reescrita por Eça de Queirós” (p. 85). Recordem-se as duas edições anteriores a esta: a que saiu em folhetins, no *Diário de Notícias*, entre julho e setembro de 1870, e, no mesmo ano, a que é objeto de publicação em livro, pela Parceria A. M. Pereira. As alterações que ocorrem entre o texto dos folhetins e o da 1ª edição em livro, bem como as alterações que, relativamente a estes, se verificam no texto de 1885, são cuidadosamente assinaladas no aparato crítico em rodapé, permitindo ao leitor a reconstituição das duas primeiras versões e, por conseguinte, o conhecimento da extensão e do teor das sucessivas modificações que conduziram ao texto que esta edição crítica de Ana Luísa Vilela canoniza.

No entanto, é muito mais do que um texto rigorosamente fixado esta edição de *O Mistério da Estrada de Sintra*. O que fica a dever-se à magnífica Introdução que antecede o texto crítico e que, ao visitar com novos olhos velhas questões e suscitando muitas outras, presta uma bela homenagem ao romance que, escrito a quatro mãos, será em parte reescrito apenas pelas de Eça, dando cumprimento, segundo as palavras do próprio, à “Fatal tendência a refazer livros velhos” (p. 37).

Desta Introdução, começo por destacar alguns aspetos que, situando-se na área da Crítica Textual, frequentemente se socorrem de outras perspetivas para enriquecer a história literária do século XIX português: deles faz parte o percurso editorial do texto do romance, desde a sua publicação no *Diário de Notícias* até à edição de 1902, na qual Ramalho Ortigão introduziu alterações de natureza formal e “de efeito muito duvidoso [que] de modo nenhum favorecem a expressividade do texto, antes a prejudicam” (p. 59). Os exemplos apresentados fundamentam amplamente esta opinião. Ana Luísa Vilela menciona ainda algumas edições posteriores, que lhe merecem uma particular referência, mas a sua atenção recai, naturalmente, sobre as que lhe serviram para fixar o texto e construir o aparato crítico.

Quanto à 1ª publicação, sujeita ao ritmo diário do jornal e às estratégias autenticadoras que este lhe facultava, é alvo de uma análise que, dos objetivos que os dois autores assumiram como motor da conceção e da escrita do texto até ao resultado final que chegou então aos leitores, nos traça com assinalável clareza o complexo e ardiloso processo de montagem do que foi, em simultâneo, uma fraude jornalística e um êxito literário. Devido a este sucesso, justamente, a Parceria A. M. Pereira publica, ainda nesse mesmo ano de 1870, uma edição em livro. Relativamente a esta, Ana Luísa Vilela ressalta os procedimentos necessários à “transformação, numa edição em livro, de um folhetim diário” (p. 28): entre outras coisas, a drástica redução da dimensão interativa, através da supressão dos paratextos jornalísticos responsáveis por uma ilusão de veracidade, que agora cede o passo à natureza literária e ficcional reconhecida ao volume. Quanto à edição de 1885, o leitor de hoje é convidado a prestar atenção a algumas modificações estruturais, nomeadamente a ordem por que se inscrevem os nomes dos Autores na folha de rosto, e, sobretudo, a reler criticamente o Prólogo que a acompanha. Maioritariamente, se não na totalidade, escrito por Eça de Queirós, a análise de que este Prólogo é objecto alerta-nos para a ambiguidade que o percorre e que nos faz duvidar do “distanciamento autoral em relação à obra de 1870” (p. 38): examinando o que nele é dito e apontando o que, significativamente, nele fica por dizer, Ana Luísa Vilela problematiza a complacente tolerância com que, em meados da década de 80, os Autores dão a reler uma obra da sua juventude.

Ainda no âmbito da Crítica Textual, um outro aspeto desta Introdução deve ser assinalado e diz respeito às alterações textuais que se verificam entre as três edições em causa: a do *Diário de Notícias*, a do volume de 1870 e a de 1885 que, como foi já referido, é eleita como edição *ne varietur*. Estas alterações, a que o leitor tem direto acesso no aparato crítico, são aqui alvo de uma elucidativa apreciação quanto ao teor (supressão, adição e substituição), extensão e efeitos alcançados em termos estilísticos, bem como ao nível semântico-pragmático. Em número bastante e suficiente, os exemplos são esclarecedores e completam o que, constituindo uma abordagem crítico-genética, incentiva, de forma aliciante, um trabalho especificamente situado nesta área.

A questão da dupla autoria, que desde sempre levou a crítica a interrogar-se sobre a “paternidade” passível de ser atribuída a cada um dos Autores – Eça e Ramalho –, não está ausente do texto introdutório

ao romance: com uma fundamentação construída sobre as palavras dos próprios e recuperando as mais significativas contribuições dos estudos críticos, esta complexa e melindrosa questão é revisitada e, sem pôr em causa a unanimidade desde sempre colhida quanto à responsabilidade queirosiana na execução da obra, problematiza a posição assumida por Ramalho e veiculada, em diferentes momentos, por palavras não isentas de considerável ambiguidade (carta a Eduardo Coelho, em 1870, artigo d'*As Farpas*, em 1874, carta a Alfredo da Cunha, em 1915).

As questões de género e de natureza periodológica, igualmente contempladas nesta Introdução, concorrem para a complexidade que, de diversos modos, caracterizam o *Mistério da Estrada de Sintra*. Na determinação do género, refere-se a importância dos diferentes locais de publicação – na imprensa diária e em livro –, mas abrem-se outras hipóteses de classificação com base em parâmetros de ordem temática. Quanto à filiação periodológica, deve ser sublinhado o facto de Ana Luísa Vilela, apoiada no seu poder de análise do texto e das ambiguidades de que os Autores o rodearam, pôr em causa apressadas e definitivas avaliações a que a obra se furta, fazendo justiça ao título que ostenta.

Encerra a Introdução a enumeração dos critérios adotados na fixação do texto e na apresentação do aparato crítico. Registe-se ainda a reprodução, abrindo o volume, da primeira página do *Diário de Notícias* no dia em que teve início a publicação d'*O Mistério* (24 de julho de 1870), e, como é comum no projeto de que esta edição faz parte, a presença de uma *Nota prefacial*, da responsabilidade de Carlos Reis, e de duas *Notas biobibliográficas* – a primeira relativa a Eça de Queirós e a segunda relativa à editora científica do texto.

Uma derradeira observação: o que aqui foi referido não esgota o que esta edição acrescenta aos estudos queirosianos, nem a riqueza de uma aventura literária que, nas palavras de Ana Luísa Vilela, “constitui, para Eça, uma oficina de experiências comunicativas, ficcionais, temáticas, ideológicas, discursivas e estéticas. Em embrião, está aqui presente uma amostra ampla dos materiais e métodos que, na ficção queirosiana, serão objeto de desenvolvimento posterior” (p. 83).